
Malas de sonhos e saudade: família e mobilidade entre cabo-verdianos na Itália

*Suitcases of dreams and nostalgia: family and mobility among
Cape-verdeans in Italy*

Claudia Fioretti Bongianino*

Resumo: Desde a década de 60 (séc. XX), a Itália oferece aos cabo-verdianos (principalmente às mulheres) uma possibilidade de melhorar sua qualidade de vida individual e familiar; em termos locais, oferece a chance de alcançar seu sonho: *crescer* e ter uma *vida boa*. No entanto, sair do arquipélago africano implica separar-se de sua terra e das pessoas que permanecem nela; tal ato gera saudade e potencializa as tensões entre proximidade e distância (espacial e temporal), as quais são inerentes ao valor que os cabo-verdianos atribuem à família e à mobilidade. Ancorada na etnografia que realizei na cidade italiana de Nápoles, procuro mostrar como o espaço (relacional e territorial) cabo-verdiano é constantemente reconstituído através das relações que são mantidas, levadas e criadas em Cabo Verde, na Itália, e em outros lugares.

Palavras-chave: Migração cabo-verdiana; Itália; organização familiar; mobilidade.

Abstract: Since the 1960s, Italy offers to Cape-verdeans the possibility of improving their individual and family life quality, especially in the case of women; in native terms, it offers them the means to achieve their dream: to *grow up* and to have a *good life*. However, by leaving Cape Verde, they live apart from their land and their people; therefore, they experience a feeling of nostalgia (*saudade*) and they are compelled to deal with the tensions between closeness and distance (in time and space) that arise from the value Cape Verdean people put on mobility and family. Based on the field research I developed in the Italian city of Naples, I intend to show how Cape Verdean space (which is territorial and relational) is constantly (re)constructed through the relations that are kept, carried and created (in Cape Verde, in Italy and elsewhere).

Keywords: Cape Verdean migration; Italy; family organization; mobility.

* Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). *E-mail:* fioretti.claudia@gmail.com.

Uma história cabo-verdiana

Rita tinha acabado de atingir a maioridade quando saiu de Cabo Verde. Ela foi *chamada* (ou seja, contratada a distância) pela italiana Pina, para trabalhar como empregada doméstica *notte e giorno*, isto é, dormindo na casa dos patrões. Pina é irmã da patroa de Sônia, a prima da nossa protagonista, Rita. Sonia já estava em Nápoles há alguns anos trabalhando para a irmã de Pina; essa, admirada com o trabalho de Sônia, perguntou à irmã se sua funcionária doméstica podia lhe indicar alguém para trabalhar *notte e giorno* em sua casa. Assim, Sonia *chamou* Rita, que entrou na *rede de indicações, contato e apoio* que, desde a década de 60 (séc. XX), coloca em movimento o fluxo entre Itália e Cabo Verde. Com efeito, essa rede permite aos italianos contratarem funcionários domésticos bons e de confiança dispostos a trabalhar *notte e giorno* – já que, tendencialmente, apenas os migrantes (internos italianos ou imigrantes estrangeiros) aceitavam esse arranjo laboral, enquanto a maioria dos residentes realizava somente serviços domésticos na modalidade *lungo ore*, isto é, sem dormir na casa dos patrões. Por outro lado, essa mesma *rede de indicações, ajuda e apoio* permitia aos cabo-verdianos, e, especialmente, às mulheres, concretizarem o ideal local expresso pela máxima de que, para *crescer* é preciso sair.

Em Cabo Verde, Rita ajudava os pais a criarem os três irmãos que ainda eram pequenos. Ela já tinha terminado os estudos e trabalhava, mas o salário não era bom. Dessa forma, ela optou por migrar para a Itália, sendo o projeto migratório visto como uma via legítima para alcançar seu ideal de *boa vida familiar* (*i.e.* ter uma renda fixa, construir uma casa, garantir um futuro melhor para si e para a família). Após chegar em Nápoles, Rita guardou dinheiro por quatro anos até conseguir passar as férias em Cabo Verde pela primeira vez. Findas as férias de três meses, ela voltou ao trabalho na Itália grávida de seu único filho, Luca, que nasceu em Nápoles. Rita tinha então 22 anos e, inicialmente, tentou criar o filho consigo na Itália; entretanto, ela não conseguia dar atenção a Luca e manter o mesmo desempenho no trabalho, pois cuidava da casa e também dos dois filhos dos patrões, que eram tão pequenos quanto seu próprio filho. Assim, em 1984, ela optou por mandar seu filho para Cabo Verde, onde ele viveu junto com os pais dela e com Leida – irmã que Rita considera a mais responsável e que sempre a ajudou na realização do seu sonho: criar bem o filho e construir uma casa em Cabo Verde.

Rita (hoje com 51 anos) está casada com um cabo-verdiano que ela conheceu na Itália; ambos mantêm uma boa relação apesar de ele morar em

Roma e ela em Nápoles. Rita já está nessa cidade italiana há 34 anos e continua trabalhando *notte e giorno* num bairro nobre do centro de Nápoles, chamado Chiaia, diferentemente de muitos cabo-verdianos que passaram a trabalhar *lungo ore*. Nos últimos anos, ela optou por alugar uma *stanza* (ou seja, uma casa, cuja estrutura é parecida com uma *kitinete*), localizada em uma região popular do centro de Nápoles, denominada *Montesanto*. Lá, Rita passa seus dias de folga, junto com os parentes que ela levou para a Itália: a irmã, o irmão e a sobrinha deles. Na *stanza*, eles recebem amigos, vizinhos e parentes (que são cabo-verdianos ou italianos ou de outras nacionalidades); todos eles compartilham substâncias (bens, alimentos) e informações; frequentam as associações e os centros comunitários cabo-verdianos, enfim, circulam entre seus locais de trabalho, moradia e encontro, seja em Montesanto, seja nas demais regiões de Nápoles e de outras cidades italianas (como Roma, onde mora o marido de Rita). Além disso, a protagonista dessa nossa história passa periodicamente férias em Cabo Verde, onde revê os parentes e amigos que ficaram por lá, ou que também moram fora e voltam (sempre que podem) para visitar a terra e as pessoas queridas. Por exemplo, Luca (o filho de Rita, hoje com 29 anos), faz faculdade em Portugal e reencontra a mãe frequentemente no arquipélago cabo-verdiano e na península italiana. Desde a infância, Luca passa as férias com Rita na Itália e sempre gostou de ir para Nápoles; inclusive, foi lá que ele conheceu sua namorada, Júlia, que (como Luca) nasceu na Itália, tem pais em Cabo Verde, vive na Europa e viaja periodicamente para o arquipélago africano.

Fluxos entre Cabo Verde e Itália

Nos meses de fevereiro, março e abril de 2011, eu estive na cidade de Nápoles pesquisando cabo-verdianos que se mudaram para a Itália, com o objetivo de realizar trabalhos domésticos. Um dos meus primeiros aprendizados durante o campo foi que ser cabo-verdiano na Itália não significa ter a cidadania do Estado-nação cabo-verdiano, tampouco nascer lá; acima de tudo, ser cabo-verdiano significa ter parentes cabo-verdianos. Por exemplo, Júlia (a namorada do filho de Rita), assim como outros filhos e netos cabo-verdianos que nasceram e viveram na Itália, é definida como cabo-verdiana (por si própria, por seus parentes, assim como pelas instituições cabo-verdianas e italianas). Nesse contexto, as perguntas que orientam o presente texto são as seguintes: O que significa ter parentes cabo-verdianos? Em que sentido é possível conceber um espaço territorializado (e não apenas imaginado, transnacional) que englobe os cabo-verdianos que residem em

Cabo Verde e também aqueles que residem em lugares como Nápoles, na Itália?

Conforme aponta a literatura etnológica produzida acerca de contextos africanos, os fluxos cabo-verdianos não se restringem ao mundo contemporâneo, tendo sido centrais ao longo da história do arquipélago e se inserindo num âmbito maior do que a globalização. A migração é um componente substantivo na formação social de Cabo Verde, país no qual a população de residentes no Exterior é maior do que o número dos cabo-verdianos que habitam o arquipélago. Num contexto como esse, onde as transferências financeiras realizadas pelos migrantes representam parte significativa do PIB nacional, a migração de cabo-verdianos para a Itália apresenta uma característica peculiar: ela é majoritariamente feminina. (AKESSON, 2004; ANDALL, 1998; CARLING; BATALHA, 2008; CARTER; AULETTE, 2009; DIAS, 2000; DROTBOHM, 2009; ÉVORA, 2003; FIKES, 2009; GRASSI, 2006; MONTEIRO, 1997; LOBO, 2007; TRAJANO FILHO, 2009).

De acordo com a bibliografia e com as informações que obtive em campo, cabo-verdianas que trabalhavam como empregadas domésticas na equipe de bordo da Alitalia (companhia aérea italiana que, na época, fazia escala em Cabo Verde) na Ilha do Sal, começaram a seguir seus patrões para a Itália, onde elas eram empregadas na família dos mesmos. A partir de 1963, esse fluxo se tornou contínuo, direcionado inicialmente para Roma e, nos anos sucessivos, também para outras cidades, como Nápoles, Palermo, Milão, Gênova e Bolonha. (LOBO, 2007; MONTEIRO, 1997; RAMOS, 2008). Por meio de um processo de contratação oral, denominado *chamada*, os patrões pagavam todas as despesas de viagem da futura empregada doméstica; pela emissão dos documentos necessários para sair de Cabo Verde e permanecer regularmente na Itália; por todos os custos de alimentação e moradia da funcionária que passava a residir no domicílio da família italiana, segundo o arranjo laboral que, na Itália, é denominado *notte e giorno* (literalmente: *noite e dia*).

Essa primeira fase da migração cabo-verdiana para a Itália foi favorecida pela ação de missionários capuchinhos que moravam na ilha de São Nicolau, em Cabo Verde, os quais agiam como mediadores, para que jovens cabo-verdianas fossem para a Itália realizar trabalhos domésticos na casa de famílias da pequena burguesia urbana, onde passavam a morar. Através de contato com outros padres católicos em diferentes cidades italianas (mas, sobretudo em Roma), esses religiosos conseguiam emprego para que jovens mulheres saíssem de Cabo Verde munidas de documentos e de passagens pagas, de

modo a ajudar os pais e irmãos que permaneciam no arquipélago. Rapidamente, o fluxo migratório de Cabo Verde para a Itália desvinculou-se das organizações católicas cabo-verdianas e italianas, mantendo-se autonomamente graças à *rede de indicações, ajuda e apoio*, por meio da qual as migrantes cabo-verdianas, uma vez estabelecidas na Itália, viabilizavam contatos para que outras pessoas também saíssem de Cabo Verde rumo à Itália.

Dessa forma, na década de 70 (séc. XX), começaram a sair de Cabo Verde também mulheres de outras ilhas, como São Vicente e Boa Vista, cujo perfil nem sempre era igual ao das primeiras migrantes: enquanto as primeiras eram jovens solteiras, católicas praticantes, frequentemente, as segundas eram mães que iam trabalhar na Itália de modo a ajudar também os filhos, que geralmente permaneciam no arquipélago quando a mãe migrava; além disso, passaram a ir para a Itália também homens, desde que dispostos a trabalhar *notte e giorno*. A partir de 1990, a legislação italiana passou a prever a reunificação familiar e o visto de turismo; tal fato tornou possível exercer outras profissões que não a de trabalhador doméstico *notte e giorno* e forneceu às cabo-verdianas maior autonomia e facilidade para tomar a decisão de trazer seus filhos e companheiros para morar consigo na Itália. Nos últimos anos, tem havido uma redução no número de cabo-verdianos que retorna definitivamente para o arquipélago e se verifica uma tendência crescente de reunificação familiar em torno da mulher migrante.¹

Historicamente, as mulheres cabo-verdianas tendem a *deixar* os filhos e companheiros em Cabo Verde. Ainda hoje, porém, o fluxo cabo-verdiano para a Itália é composto, majoritariamente, por mulheres, que saem do arquipélago entre 18 e 30 anos, entram e permanecem na Itália em situação regular, aprendem a falar italiano fluentemente e trabalham principalmente como empregadas domésticas. Grande parte da bibliografia tende a enfatizar três aspectos para explicar as características desse fluxo migratório: em primeiro lugar, a pobreza cabo-verdiana, como fator de expulsão; em segundo lugar, a demanda por trabalho doméstico na península italiana, como fator de atração; em terceiro lugar, o trabalho doméstico e o regime interno (*notte e giorno*), como condicionantes da preponderância feminina e da impossibilidade (ou dificuldade) de reunificação familiar. Entretanto, essas explicações não são suficientes para dar conta de todas as *nuances* envolvidas no deslocamento entre os dois países. Em particular, duas perguntas fundamentais parecem permanecer nas entrelinhas, sendo incorporadas pelos analistas, mas não abordadas suficientemente: Qual motivação leva os

italianos a contratarem especificamente mulheres cabo-verdianas (no passado e no presente)? Em que sentido e por que razão elas *deixavam* (e continuam *deixando*) os filhos no arquipélago africano? No que consiste a peculiaridade feminina, cabo-verdiana e italiana do fluxo de Cabo Verde para a Itália?

Nesse contexto, o que explica a ida para a Itália é que o ideal cabo-verdiano de que para *crescer* é preciso sair encontra, na península italiana, uma possibilidade de concretização, por meio da *rede de contato, indicação e apoio*: tal ideal não é apenas econômico, mas também moral; ele implica mobilidade espacial e temporal, sendo ambas as mobilidades necessárias para ganhar experiência, para acumular bens, ideias e pessoas, enfim, para melhorar a própria qualidade de vida individual e familiar. Por sua vez, a preponderância feminina explica-se em função dos valores de gênero presentes em Cabo Verde e também daqueles presentes na Itália, que vinculam o trabalho doméstico às mulheres; em ambos os contextos, os homens geralmente não estão dispostos a realizar esse tipo de trabalho, porém, na Itália, não há nenhum preconceito ou empecilho quanto à contratação de homens como funcionários domésticos. Assim, os trabalhadores que compõem essa categoria laboral na península italiana tendem a ser mulheres, mas ela também é composta por homens (que trabalham principalmente como mordomos ou cuidando de senhores idosos). Por fim, o fato de que os cabo-verdianos tendam a *deixar* seus filhos no arquipélago africano ao migrar para a Itália se deve ao fato de que, até os anos 90 (séc. XX), a única forma de os estrangeiros entrarem e permanecerem regularmente na península italiana era por meio da *chamada*.

O tipo de migração e de reunificação familiar que o mecanismo da *chamada* viabilizava desde a década de 60 do mesmo século se aplicava apenas às pessoas que fossem maiores e que estivessem dispostas a realizar trabalho doméstico *notte e giorno*. Por isso, ele não se aplicava aos filhos menores nascidos em Cabo Verde, que deviam ser mantidos no arquipélago quando a mãe (ou o pai) migrava, e tendia a não se aplicar aos homens cabo-verdianos, que geralmente não aceitam esse arranjo laboral, devido aos valores de gênero locais. Tal fato explica o aspecto evidenciado pela literatura acerca do fluxo cabo-verdiano na Itália, segundo a qual ele seria composto, majoritariamente, por mulheres que *deixam* no arquipélago seus filhos e companheiros – os quais não podem (no primeiro caso) ou não querem (no segundo) ser levados para a Itália por meio de *chamada*.²

Família cabo-verdiana na Itália

Uma vez que o projeto migratório de Cabo Verde para a Itália é viabilizado por uma *rede de contato, ajuda e apoio* que é em larga medida familiar, ele apresenta um caráter tanto individual quanto coletivo, gerando um conjunto de obrigações familiares (sociais e econômicas) compartilhadas por quem fica e também por quem sai. Espera-se que, quando os migrantes estiverem estabelecidos na Itália e com emprego fixo, eles ajudem os familiares que ficaram em Cabo Verde por meio de trocas de vários tipos: mandando e recebendo encomendas (roupas, sapatos, utensílios domésticos), enviando remessas em dinheiro e viabilizando contatos para que outras pessoas também migrem para a Itália; além disso, eles devem manter contato periodicamente por telefone e por outras tecnologias de comunicação, assim como visitar periodicamente o arquipélago no período de férias. O plano inicial é permanecer no Exterior o tempo suficiente para construir uma casa em Cabo Verde, de modo a instaurar ali um negócio, e retornar após a aposentadoria, para usufruir dos direitos acumulados durante os anos de trabalho no Exterior.

Conforme teoriza Lobo (2007), dar e receber, depender mutuamente um do outro, trocar reciprocamente valores materiais e imateriais (como remessas, encomendas, conhecimento e sentimento), enfim, todos esses atos de solidariedade preenchem, por meio de signos de proximidade, um espaço presente no domínio do parentesco cabo-verdiano, que não se esgota no sangue nem na troca de fluidos. Por essa razão, prefiro utilizar o termo *manter*, ao invés de *deixar*, para falar da forma como os cabo-verdianos na Itália se relacionam com as pessoas queridas que ficaram no arquipélago.

A história de vida de Rita (a protagonista desse texto, cuja trajetória não é exceção entre os cabo-verdianos que conheci na Itália) é marcada por constantes deslocamentos, idas e vindas que não se esgotam em partidas e regressos. No que tange especificamente aos filhos, há uma miríade de opções que não se findam no fato de eles serem ou não levados pelos pais para a Itália nem em um movimento unidirecional de saída e de chegada: os filhos nascidos em Cabo Verde podem ser (1) mantidos nas ilhas; aqueles que nascem na península podem ser (2) criados na Itália ou podem ser (3) mandados para o arquipélago; além disso, a partir do momento em que a reunificação familiar foi prevista pela legislação italiana, passou a existir a possibilidade de rever a decisão de que os filhos vivam em Cabo Verde, pois se tornou possível (4) trazê-los para a Itália, embora muitos pais optem por (5) não trazê-los; por fim, desde a década de 60 (séc. passado), já era

possível (6) levar os filhos para trabalhar na península italiana quando já estavam em idade laboral, como era possível fazer também com outros amigos e parentes, cuja ida para a Itália podia ser viabilizada por meio da rede de *contato, indicação e apoio*.

Conforme o leitor já deve ter percebido, a escolha entre deixar o filho em Cabo Verde ou levá-lo para a Itália implica o fato de ele permanecer fisicamente perto ou longe dos pais que trabalham na península italiana. Apesar disso, os cabo-verdianos com quem eu conversei durante o trabalho de campo não colocavam a ênfase de sua decisão nesse fato, mas na opção pelo lugar em que o filho irá viver – isto é, ou em Cabo Verde ou na Itália. Optar se os filhos irão viver em Cabo Verde ou na Itália é uma escolha que tange especificamente às mulheres e é vivida como um dilema pelas minhas interlocutoras de pesquisa.

Como bem apontam Monteiro (1997) e Lobo (2007), há importantes limitações quanto à possibilidade de os filhos das mulheres cabo-verdianas viverem junto com as mães na Itália. Segundo os autores, até a década de 90 (do mesmo século), ser mãe sem ser casada formalmente era malvisto na Itália, e o fato de muitas cabo-verdianas terem filhos, sendo solteiras oficialmente, podia levá-las a perder o emprego, fazendo com que muitas mulheres escondessem de seus patrões a existência de seus filhos. Em campo, não obtive dados sobre a discriminação sofrida pelas mulheres que mantinham os filhos em Cabo Verde (tampouco sobre a presença de um eventual preconceito análogo em relação aos homens cujos filhos ficavam no arquipélago). Apesar disso, é inegável que a legislação e o mercado de trabalho influenciam nesse dilema, pois as mulheres cabo-verdianas que têm filhos enfrentam preconceitos práticos e morais na Itália – os quais parecem se interligar à categoria incomodar-se. Os empregadores italianos se incomodam com a presença dos filhos de sua funcionária em sua casa e tendem a demitir ou não contratar empregadas domésticas grávidas ou com filhos, uma vez que, segundo eles, estas não se dedicariam integralmente ao trabalho. Contudo, é importante evidenciar que não há uma imposição da legislação ou dos empregadores quanto à possibilidade de os filhos de cabo-verdianas viverem ou não na Itália; portanto, há liberdade de escolha na ponderação entre vantagens e desvantagens que é feita pelas mães, ao decidir se seus filhos irão viver na Itália ou em Cabo Verde.

Com efeito, o ideal de boa vida infantil não é alcançável plenamente na península italiana, onde as crianças têm menos liberdade e vivem mais sozinhas do que em Cabo Verde. Lá elas circulam amplamente pelas casas

da vizinhança fazendo *mandados*³ e sendo *aguentadas*⁴ por diferentes mulheres, que residem em diferentes casas. Assim, é pensando no bem-estar de seus filhos que as mães optam para que eles vivam no arquipélago; além disso, quando as mães os criam consigo na Itália, os custos aumentam muito, podendo comprometer o projeto migratório e, assim, o sonho da boa vida familiar. Paralelamente (e em aparente paradoxo), também as mulheres que escolhem que o filho viva com elas na Itália o fazem em prol do bem-estar da criança, incluindo nesse, também, o bem-estar da mãe, mas pensando no bem-estar da criança em um sentido diferente daquele associado ao ideal de boa vida infantil, alcançável apenas em Cabo Verde. Efetivamente, a maioria das mães justifica a decisão de criar os filhos consigo ou de levá-los para a península italiana, remetendo-se à importância de *ver* os filhos crescerem durante a infância e de *seguir-los* na adolescência. Nesse contexto, chama a atenção a sinonímia entre o termo cabo-verdiano *aguentar* e os termos italianos *crescer* e *seguir* o filho [*i.e. crescere e seguire il figlio*]. Em particular, chama a atenção o fato de que *crescer* ou *aguentar* o filho na infância não requer necessariamente uma proximidade física; por outro lado, *seguir* o filho na adolescência e *vê-lo* crescer na infância são ideias dotadas de materialidade, sendo extremamente difícil colocá-las em prática a distância, sem proximidade física.

Esse dilema vivido pelas mães cabo-verdianas na Itália é possibilitado pelo fato de que, no caso cabo-verdiano, a concepção de família abarca a possibilidade de uma separação física, que não acarreta, necessariamente, uma quebra nas relações. Com efeito, em Cabo Verde, o conceito de parente inclui o universo dos consanguíneos e dos afins, assim como dos vizinhos, dos compadres e amigos, sendo a solidariedade e o tratamento dois elementos fundamentais na definição de quem está próximo ou distante, noções que são menos físicas e mais relacionais. Além disso, as responsabilidades econômicas (que, segundo a organização familiar local recaem sobre as mães) são um grande incentivo para a saída das mulheres, sendo vista como possibilidade de construir uma trajetória de sucesso, melhorar seu *status*, ganhar liberdade, alcançar o ideal de vida boa familiar e cumprir plenamente seu papel de mãe. (DIAS, 2000; LOBO, 2007; DROTBOHM, 2009).

Conforme sustenta Lobo (2007), quando um membro feminino migra, e o filho é criado em Cabo Verde, a *rede de solidariedade feminina* adquire maior força e centralidade. Em outras palavras, a autora mostra que, independentemente da migração, faz parte da experiência de ser mulher

passar por um período, durante a juventude, no qual elas estão às voltas com preocupações que requerem mobilidade. Com efeito, é comum e relativamente aceito que os jovens tenham mais de um relacionamento afetivo ao mesmo tempo, os quais frequentemente geram filhos, mas não, necessariamente, isso implica casamentos formais. Assim, é esperado que as mulheres-mães se dediquem às esferas conjugais, econômicas, etc. e que compartilhem os cuidados diários com os filhos com outras mulheres na rede de solidariedade feminina, que engloba as vizinhas, as comadres e as amigas, além dos membros femininos da família afim e consanguineamente em particular a avó materna. De fato, durante a maturidade, as mulheres-avós têm tempo para suprir as necessidades dos netos durante a infância, sendo a proximidade física e a fixação centrais para o desempenho do papel de avó, enquanto a distância física e a mobilidade são intrínsecas ao papel de mãe.

Diferentemente, durante a adolescência do neto, a avó tem dificuldade em controlá-lo e acompanhá-lo, sendo chamada a mãe (ou, na sua ausência, outra mulher jovem, como a tia) para suprir as novas necessidades dos filhos. Com o passar do tempo, a mulher-mãe torna-se mulher-avó, e essa maturidade nas relações consanguíneas costuma ser acompanhada de uma maturidade nas relações afetivas e uma maturidade socioeconômica, pois é geralmente quando os filhos já são adultos que os casais se casam formalmente e terminam a construção da própria casa, onde passam a morar e, idealmente, instauram um negócio. Em Cabo Verde, a maternidade é um ciclo que se inicia quando as mulheres dão à luz os filhos e se conclui quando elas aguentam os netos; portanto, ela exige que se realize uma soma entre duas gerações, e isso envolve outras mulheres, além da mãe, no compartilhamento cotidiano de substâncias. (LOBO, 2007, 2011).

Perante esse contexto, percebe-se que a filiação e a paternidade não são afetadas particularmente pela migração, ainda que seja necessário adotar estratégias por parte daqueles que partem e que ficam para suprir a ausência física uns dos outros. A circulação das crianças (ao serem *aguentadas* ou fazerem *mandados*) é um aspecto comum na sociedade cabo-verdiana e não está restrito a momentos de crise, como pode ser a migração da mãe e/ou do pai. Por sua vez, mesmo quando reside em Cabo Verde, o homem-pai mantém um pertencimento distante na esfera doméstica e normalmente não participa das decisões sobre onde o filho irá morar ou com quem, sendo essa decisão feminina. Também por essa razão, o dilema vivido pelas mães cabo-verdianas na Itália não tange diretamente os pais cabo-verdianos

que residem na península, distantes fisicamente dos filhos – ainda que todos sofram com saudade uns dos outros.

Conforme indicam as informações apresentadas acima, Cabo Verde é caracterizado por uma forte abertura para a alteridade. Por um lado, essa abertura permite aos cabo-verdianos migrarem e incorporarem outras territorialidades físicas como espaços possíveis para trabalhar, viver e alcançar o sonho de crescer e de ter uma vida boa familiar; por outro lado, porém, sair do arquipélago africano implica separar-se de sua terra e das pessoas que permanecem nela. Tal ato gera saudade e potencializa as tensões entre proximidade e distância. Paralelamente, essa mesma abertura para o *outro* viabiliza que os cabo-verdianos na Itália incorporem novos arranjos familiares (como aqueles italianos) os quais passam a compor o seu arco de possibilidades, com o efeito paradoxal de, mais uma vez, potencializar a tensão entre proximidade e distância.

Com base na teorização desenvolvida por Trajano Filho (2010) e por Henare et al. (2007), é possível analisar essa tensão refletindo sobre a relação entre espacialidade e materialidade no que tange ao Estado-nação e à família cabo-verdiana. Efetivamente, o adjetivo cabo-verdiano (presente nas locuções “ser cabo-verdiano” e “ter parentes cabo-verdianos”) permite vincular coisas, ideias e pessoas a um espaço (territorial e relacional), assim como a um tempo (abarcado pelas experiências do presente, pela memória do passado e pelas expectativas do futuro). Nesse sentido amplo, o uso do adjetivo não se limita àquilo que pertence a Cabo Verde como Estado-nação, ou seja, somente às pessoas que detêm a cidadania cabo-verdiana ou que nascem no espaço físico do arquipélago (sentido restrito do adjetivo).

Seguindo essa argumentação, os lugares (como Cabo Verde) podem ser definidos como concepções coletivas dotadas de materialidade (HENARE et al., 2007), as quais dizem respeito à esfera do espaço como categoria do entendimento e como campo comunicativo. (TRAJANO FILHO, 2010). Efetivamente, os lugares são construídos a partir das interações sociais, e sua espacialidade é tanto territorial quanto relacional; portanto, Cabo Verde pode ser definido como um espaço relacional, dotado de territorialidade física, o qual engloba coisas, ideias e pessoas cabo-verdianas, independentemente de elas estarem fisicamente próximas umas das outras ou não. Ao mesmo tempo, porém, vale notar que existe uma significativa diferença entre Cabo Verde nesse sentido amplo e no sentido restrito (correspondente ao território do Estado-nação): a saber, no sentido amplo, o fato de que coisas, ideias e pessoas cabo-verdianas estejam fisicamente

distantes umas das outras gera saudade e potencializa as tensões entre proximidade e distância (espacial e temporal), as quais são inerentes ao valor que os cabo-verdianos atribuem à família e à mobilidade.

Essa mesma argumentação permite perceber que, apesar de *perto* e *longe* serem advérbios dotados de uma dimensão espacial, eles não têm ligação necessária com distância ou proximidade física. Trata-se de advérbios que denotam estados relacionais, cuja espacialidade não pode ser limitada à territorialidade. Assim, é possível estar perto ao se manter próximo fisicamente e/ou ao se manter próximo a distância – como quando os cabo-verdianos praticam atos de solidariedade que preenchem, por meio dos signos de proximidade, o espaço presente no domínio do parentesco.

Tais atos e signos operam de inúmeras formas: por meio da distribuição de pessoas (por exemplo, homens e mulheres que migram e retornam periódica ou definitivamente; filhos que são aguentados na rede de solidariedade feminina – como no caso do filho de Rita, cuja criação foi compartilhada pela mãe, pela avó e pela tia); outra forma como eles atualizam as práticas cabo-verdianas de fazer família é através da partilha de bens (ou seja, o envio de dinheiro e de encomendas mandadas pelo correio, por navio ou em malas); enfim, atualizam as práticas cabo-verdianas de fazer família por meio da circulação de informações (isto é, de notícias sobre a viabilização de novas migrações, sobre os retornos e sobre a vida cotidiana).

Nesse contexto, salta aos olhos a importância das tecnologias da voz e da imagem (ou seja, o telefone, o celular, a fotografia e a internet), pois elas ajudam a criar uma simultaneidade espacial, por meio da criação de uma temporalidade comum, permitindo que pessoas ausentes fisicamente se façam presentes emocionalmente. Contudo, a possibilidade de falência da conexão é inerente a essas tecnologias, logo elas são permeadas por tensões: o custo financeiro e o barulho da ligação (por telefone, celular ou internet), o fuso horário, a impossibilidade do toque, a demora em receber a foto (por correio ou pela internet), etc.

Portanto, ainda que seja possível contornar a ausência física e estar perto, a distância não se dilui, tampouco perde a importância. Ela é vivida com dor, saudade e gera tensões, mas a sociedade cabo-verdiana lida com esses aspectos de tal forma que as relações emocionais e os vínculos afetivos não se rompem. Assim como as coisas, as ideias e as pessoas continuam sendo cabo-verdianas independentemente da proximidade física; as mulheres-mães podem estar perto e continuar sendo mães, seja quando mantêm sua proximidade física, seja quando mantêm sua proximidade a distância. Apesar

de a distância física ser um elemento estrutural desse sistema social e desse sistema de parentesco, quando os cabo-verdianos migram e, especialmente, quando os filhos vivem em Cabo Verde enquanto os pais e as mães vivem na Itália, todos sentem que não estão perto fisicamente, por isso, todos sofrem com saudades, preocupações e riscos. No entanto, o determinante para que as relações se mantenham parece ser o fato de que os membros cumpram suas obrigações e seus papéis recíprocos, sendo a quebra da forma de compartilhar e não a distância física que afrouxa os vínculos entre as pessoas – mesmo em situação de proximidade física.

Pensando nesse amplo contexto em diálogo com a teorização de Janet Carsten (2000), sugiro levar um pouco mais adiante a afirmação acima. O termo *relatedness*, formulado pela citada autora, sugere não apenas uma mudança de vocabulário, mas uma alternativa às ideias preconcebidas de parentesco e uma abertura para as formas locais de agir, de definir e de conceituar as relações entre as pessoas que se tratam como parentes. A autora mostra que as formas locais de *relatedness* podem ir além do sangue, sendo construídas pelos atos cotidianos de *viver junto* e pela partilha de substâncias como o sêmen, o leite materno, a comida, etc. No caso cabo-verdiano, porém, o significado local de *relatedness* não parece limitar-se às formas cotidianas de viver junto (fisicamente), mas incluem as formas cotidianas de estar perto (ainda que mantendo uma proximidade a distância).

Carsten (2000) sustenta que alguém se torna parente consumindo junto e convivendo no mesmo espaço – ou seja, por meio da partilha de substâncias em proximidade física. Contudo, a diferença do que postula a citada autora, nas formas de *relatedness* cabo-verdiana, além da partilha, a mobilidade também é essencial, e o compartilhamento extrapola o espaço das casas, das localidades e dos países. Assim, é por meio da troca de bens, de informações, de valores e também de pessoas (a saber, as mulheres-mães que estão em constante movimento na juventude e as crianças que circulam ao serem *aguentadas* ou ao fazer *mandados*) que a rede de solidariedade feminina atualiza as práticas que fazem família nesse contexto. Consequentemente, em Cabo Verde “viver junto [...] tem um significado muito mais amplo do que partilhar um mesmo espaço”. (LOBO, 2007, p. 25).

Assim como afirmam os estudos clássicos de parentesco desenvolvidos no continente africano, a proximidade física não é um pressuposto para a existência de vínculos de parentesco fortes e duradouros, e a ênfase nas obrigações materiais permite manter as relações mesmo durante ausências

mediada pela mobilidade que caracteriza a vida das crianças e também das mulheres-mães na juventude.

Vivendo junto em Nápoles e em Cabo Verde

Cidade portuária do Sul da Itália, Nápoles é uma realidade à parte para o país e a Europa. Pouco desenvolvida em termos econômicos, sociais e também de infraestrutura urbana, a cidade é famosa por suas belíssimas paisagens: arquitetura grega, romana e medieval (de estilo francês e espanhol) em meio a cenários de mar, montanha e vulcão. Ao mesmo tempo, porém, Nápoles é conhecida pela Camorra – rede criminosa mafiosa local – assim como pela ilegalidade, informalidade, criminalidade e violência. Minha experiência etnográfica em Nápoles não foi meu primeiro contato com essa cidade italiana. Eu sou filha de italianos, nasci em Nápoles e moro no Brasil desde os meus 6 meses de idade. Cursei o Ensino Fundamental e o Médio em uma escola italiana em Belo Horizonte (Minas Gerais) e aprendi a falar primeiramente o português (com sotaque mineiro) depois italiano (sem a cadência de nenhum dos vários dialetos da Itália); ainda assim, nunca fui vista como estrangeira nem na Itália nem no Brasil. Durante a pesquisa de campo, os cabo-verdianos que eu pouco a pouco conhecia me levavam aos lugares que frequentavam – *pontos de encontro*, centros comunitários, associações, festas, casas – e me apresentavam a seus amigos e parentes (seja pessoalmente, seja me dando o número do celular deles). Por meio da rede de contatos que construí, conheci uma *Nápoles cabo-verdiana* e acabei vivenciando aspectos da cidade que me eram desconhecidos.

Utilizo as expressões *Nápoles cabo-verdiana* e *Itália cabo-verdiana* inspirada no uso que Nicolas De Genova (2005) faz da expressão *Chicago mexicana* [*Mexican Chicago*].⁵ De modo análogo, eu denomino de *Nápoles cabo-verdiana* e de *Itália cabo-verdiana* a conjuntura de relações sociais que engloba as pessoas fisicamente presentes em inúmeros lugares (ilhas de Cabo Verde, cidades italianas, ilhas e cidades de outros locais do mundo). Trata-se de uma Nápoles e de uma Itália que correspondem socioespacialmente a Cabo Verde, mas que não podem ser reduzidas a nenhuma localização espacial como tal. Essa conjuntura de relações sociais produz um espaço relacional ancorado em diversos territórios, cuja espacialidade não é aprisionada pelas fronteiras dos Estados-nação. Consequentemente, eu não concebo a pesquisa etnográfica que realizei em Nápoles nos termos de uma relação entre nativos (grupo no qual eu estaria incluída) e outros – sendo esses os cabo-verdianos que residem em Nápoles e em outras cidades italianas.

Como ensina De Genova (2005), agir dessa forma seria cristalizar e reproduzir a diferença espacial criada pelas fronteiras dos Estados-nação, impedindo o reconhecimento de formações sociais radicalmente diferenciadas; mais que isso, agir assim seria ignorar o aprendizado que tive ao longo de minha própria história de vida: como uma italiana que sempre morou no Brasil, nunca pude ignorar a importância das relações sociais para a (constante) constituição do que era a Itália e o Brasil – ou Nápoles e Cabo Verde.

Diversos estudos sobre estruturas familiares em contextos de migração indicam a relevância das redes de parentesco em situações de distanciamento espacial e temporal, as quais seriam atualizadas pela troca de bens, valores, alimentos, coisas e pessoas. Além disso, esses trabalhos enfatizam que essas redes têm implicações muito práticas ao possibilitar a migração e facilitar o retorno. Refletindo sobre isso, Mary Chamberlain (2002) sustenta que os migrantes não se deslocam para qualquer lugar, mas antes realizam um cálculo para maximizar as próprias oportunidades em um contexto global, de modo que sua cartografia é construída a partir de suas redes de relações. Retomando Suzan Creig-James (1992), a citada autora afirma que, por meio desse cálculo mediado pelas redes, as fronteiras se tornam vivas ao invés de geográficas.

De modo semelhante, as redes de contato, indicação e apoio que são constantemente atualizadas por meio dos signos de proximidade e que colocam em movimento o fluxo entre Cabo Verde e Itália, conferem vida às fronteiras cabo-verdianas. Essas deixam de ser fixas e correspondentes às fronteiras do Estado-nação de Cabo Verde e passam a ser moldadas à medida que o espaço cabo-verdiano é reconstruído através das relações mantidas em Cabo Verde, levadas para a Itália e criadas nesses dois territórios civis (e em outros). Nesse processo, os cabo-verdianos na Itália constroem a *Nápoles cabo-verdiana* e a *Itália cabo-verdiana*, as quais não correspondem a uma realidade cultural delimitada coerentemente – por exemplo, um espaço transnacional dentro do qual esses migrantes estariam contidos. Diferentemente, a *Nápoles cabo-verdiana* e a *Itália cabo-verdiana* fazem parte de uma conjuntura de relações sociais que engloba inúmeros lugares, ou, em outras palavras, ao espaço (territorial e relacional) cabo-verdiano.

Os cabo-verdianos vão especificamente para Nápoles porque é lá que dispõem de uma rede de contato, indicação e apoio capaz de viabilizar sua saída do arquipélago e sua entrada regular na Itália (por meio da *chamada*, do visto de turismo ou da reunificação familiar). Ao chegarem em Nápoles,

os cabo-verdianos são recebidos e frequentemente hospedados pelas pessoas que fazem parte dessa rede (e que muitas vezes providenciaram parte da documentação necessária para que eles migrassem regularmente); uma vez que os recém-chegados já mantinham fortes laços de afeto e de confiança com essas pessoas enquanto residiam em Cabo Verde, na maioria dos casos, esses laços são mantidos e reforçados em Nápoles.

Ao procurar um trabalho ou uma *stanza* para alugar, por exemplo, é para essas pessoas que os recém-chegados se voltam; é por meio delas que fazem as primeiras amizades na Itália e é graças às indicações delas que eles aprendem a viver em Nápoles: andar pelas ruelas sem se perder, obter documentos, usar o transporte público para deslocar-se na cidade, aprender o que fazer no tempo livre.

Em Nápoles, os cabo-verdianos geralmente moram e trabalham no centro de cidade, mas enquanto trabalham em apartamentos enormes localizados em bairros tradicionais de elite (como Chiaia, Mergellina e Posillipo), moram em *stanze* semelhantes a kitinetes, alugadas em bairros populares antigos (Quartieri Spagnoli, Montesanto, Sanità, Ferrovia). O bairro de Montesanto é frequentemente denominado “cabo-verdiano”, pois é nos cafés, bares e restaurantes em torno da *Cumana* que se reúnem muitos dos cabo-verdianos presentes em Nápoles. Contudo, Montesanto e os outros bairros populares de Nápoles não são habitados apenas por cabo-verdianos; também residem lá outros migrantes e muitos napolitanos. Nessas zonas da cidade, ainda que o italiano continue sendo a língua oficial, é em dialeto napolitano que conversa a maioria dos residentes e dos frequentadores do bairro (entre os quais os cabo-verdianos, que falam perfeitamente o dialeto local, além de dominarem o crioulo e o italiano).

À medida que eu frequentava a casa dos cabo-verdianos nos vários bairros de Nápoles, pude perceber que aquelas pessoas que residiam ali (e particularmente em Quartieri Spagnoli) eram mais que vizinhas; com efeito, elas viviam junto, e a proximidade entre elas era favorecida pela urbanização desses locais, caracterizados por uma sequência infinta de prédios, como os baixos e os apartamentos amontoados uns nos outros fazem com que a vida dos residentes se misture automaticamente e atravesse a paisagem e o espaço sensorial das várias casas. Os marcadores de separação acabam sendo atenuados. Por meio das portas e janelas, os vizinhos inevitavelmente se viam, se ouviam e frequentemente conversavam, partilhavam sensações, trocavam coisas e favores. De certa forma, portanto, os cabo-verdianos em Nápoles continuam vivendo como viviam em Cabo Verde: lá, os membros

da família vivem junto apesar de não morarem, necessariamente, na mesma casa e os termos *vizinhos*, *amigos* e *parentes* se confundem conceitualmente, pois todos partilham substâncias, trocam refeições entre si, ajudam com os filhos uns dos outros, etc. (LOBO, 2007); analogamente, há inúmeras relações de parentesco vinculando as diferentes casas cabo-verdianas em Nápoles, fazendo com que os universos relacionais dos territórios da Itália e de Cabo Verde não sejam tão diferentes assim um do outro. Em ambos os lugares, os cabo-verdianos e as pessoas com quem eles compartilham vínculos (de parentesco, de amizade, de vizinhança, de apadrinhamento) falam-se sempre por celular, frequentam as casas dos outros e se veem periodicamente.

Além de se deslocarem dentro de Nápoles, os cabo-verdianos circulam amplamente dentro da Itália, visitando os parentes e amigos que residem em outras cidades da península: Rita, nossa protagonista, frequentemente vai a Roma encontrar o marido que mora lá; a namorada do filho dela, Julia, periodicamente hospeda em sua casa os tios que residem em Gênova; a irmã de Rita já foi várias vezes à cidade de Salerno visitar a família de seu namorado italiano. Paralelamente, por meio de celulares, os cabo-verdianos mantêm contato contínuo não apenas com os entes queridos que permaneceram no arquipélago, mas também com aqueles que residem em Nápoles, em outras cidades italianas e, provavelmente, em outros lugares do mundo. Ao lado das conversas telefônicas e das visitas nas casas, os momentos de reunião nos centros comunitários, nas sedes das associações e nos pontos de encontro são centrais para a manutenção do contato entre os cabo-verdianos na Itália.

Denomino pontos de encontro os espaços públicos das cidades italianas (como praças e galerias), que são apropriados coletivamente pelos cabo-verdianos. Ao proceder assim, aproximo-me da teorização de Krauss e Schmoll (2006, p. 4), segundo a qual o espaço das cidades nas quais residem os migrantes deve ser considerado não apenas como um “recipiente” das atividades desses últimos, “mas também como uma entidade móvel, fluida, que se transforma com base nas práticas individuais e coletivas protagonizadas pelos migrantes, podendo constituir para eles uma verdadeira fonte relacional e estratégica”. É nesse sentido que penso os pontos de encontro, as sedes das associações e os centros comunitários; esses espaços não são apenas ocupados por atividades cabo-verdianas, mas são *feitos* para elas, transformando-os em importantes fontes relacionais e estratégicas.

Nos dias de folga (tradicionalmente às quintas-feiras e nos fins de semana), os cabo-verdianos se reúnem com amigos, parentes e conhecidos

nos pontos de encontro – inclusive sem precisar combinar previamente, pois a maioria deles tem o hábito de frequentar os mesmos locais no seu tempo livre. Lá eles conversam enquanto passeiam, assim como bebem e comem algo em um dos bares, cafés e restaurantes situados nas proximidades. Outro local de confraternização são os centros comunitários, geralmente situados em salas de conventos que são cedidas (ou alugadas) aos cabo-verdianos. Assim como as sedes das associações, os centros comunitários abrem suas portas para atividades cabo-verdianas apenas nos tradicionais dias de folga ou em dias de festa (nos quais realizam-se reuniões ou celebrações de eventos importantes, como casamentos, batizados e datas que marcam o calendário cabo-verdiano, como o dia da independência do país ou o Natal).

Em todos esses locais de reunião, o que mais fazem é conversar e, nos dias de festa, comer, beber e dançar. Ao contrário do que se poderia imaginar, as associações cabo-verdianas na Itália não têm como objetivo principal o desempenho de funções políticas e representativas perante o Estado italiano. Diferentemente, elas desenvolvem atividades culturais, sociais e beneficentes voltadas àquela que denominam de comunidade cabo-verdiana, que inclui amigos e parentes seus, *i.e.*, aqueles que participam das práticas de *relatedness* cabo-verdianas independentemente de sua nacionalidade, de sua residência e do fato de as pessoas se conhecerem ou não pessoalmente. Ao lançar mão dos termos *comunidade cabo-verdiana* nesse sentido, meus interlocutores de pesquisa parecem estender as fronteiras do espaço cabo-verdiano, evidenciando o fato de que esse não se limita às pessoas que detêm cidadania cabo-verdiana ou que nasceram em Cabo Verde.⁶

Com efeito, as associações e os demais locais de reunião, *i.e.*, os *pontos de encontro* e os centros comunitários são importantes para que eles mantenham contato com seus conterrâneos (inclusive aqueles que não conhecem) e principalmente com seus amigos, parentes e/ou vizinhos, que tendem a ser cabo-verdianos, mas não o são necessariamente. No que tange especificamente às associações, elas parecem estar particularmente empenhadas em ajudar aquela que elas denominam “comunidade cabo-verdiana”, por meio da distribuição de bens e recursos; elas se esforçam em compartilhar a música, a literatura, a arte, a dança e a comida cabo-verdiana; enfim, as associações se preocupam em transmitir informações sobre Cabo Verde (aos italianos, às pessoas de outras nacionalidades e aos cabo-verdianos), e assim, ensinar a história cabo-verdiana, ensinar a culinária cabo-verdiana, ensinar o modo de festejar (comer, dançar e conversar) cabo-verdiano. Por

meio desses signos de proximidade especiais, as associações participam da criação do espaço cabo-verdiano que é relacional, pois a espacialidade e a temporalidade englobam coisas, ideias e pessoas relativas a Cabo Verde, independentemente de onde elas estejam localizadas territorialmente.

Conclusão

Conforme foi explorado ao longo do texto, os cabo-verdianos geralmente migram para a Itália em busca de um sonho: construir um futuro melhor para si e para a própria família ou, em outras palavras, *crescer* e ter uma *vida boa familiar*. No entanto, sair de Cabo Verde implica separar-se fisicamente das pessoas que permanecem no arquipélago, ato que não acarreta em quebra das relações, mas gera saudade. É esse o sacrifício feito pelos cabo-verdianos na Itália, em prol do sonho de ser bem-sucedido no projeto migratório – que é partilhado pela família. Assim, por meio dos signos de proximidade (inclusive daqueles especiais) esses cabo-verdianos ultrapassam a distância espacial e temporal que os separa dos amigos e parentes (cabo-verdianos e de outras nacionalidades) em Cabo Verde e em outros lugares.

Através de visitas periódicas, conversas telefônicas, encontros nos locais de reunião e atividades das associações, os cabo-verdianos continuam vivendo junto de seus amigos, parentes e/ou vizinhos, sejam eles cabo-verdianos, ou não, residam eles no arquipélago ou não. Portanto, ainda que os cabo-verdianos na Itália vivam em um novo espaço, eles continuam construindo relações emocionais com Cabo Verde. Ao estender suas práticas de *relatedness* por meio das relações mantidas em Cabo Verde, levadas à Itália e criadas nesses dois lugares (e em outros), meus interlocutores de pesquisa reconstróem o espaço relacional e territorial cabo-verdiano, o qual não se restringe às pessoas que residem próximas fisicamente. Ao mesmo tempo, eles manejam as tensões decorrentes do valor localmente atribuído à mobilidade e à família, permitindo que os cabo-verdianos na Itália vivam bem, seja em Cabo Verde, seja na Itália e continuem pertencendo ao espaço cabo-verdiano – que passa a incluir (inclusive territorialmente) a *Itália cabo-verdiana*.

Vale notar, porém, que, apesar da distância física e da mobilidade fazerem parte do significado cabo-verdiano de *relatedness*, inúmeras tensões permeiam a filiação, a paternidade e a maternidade em contextos de migração, as quais podem ser apenas enfrentadas e manejadas, mas não resolvidas.

Além disso, meus interlocutores de pesquisa enfrentam grandes dificuldades na Itália, as quais estão associadas à posição (socioeconômica, nacional e racial) ocupada por eles na estrutura social italiana, fazendo com que sejam discriminados ao serem reconhecidos e tratados como não italianos.⁷ Contudo, a importante lição de vida e de antropologia que aprendi durante meu trabalho de campo foi que tensões podem ficar em aberto e, ainda sim, podem ser manejadas e, em larga medida, contornadas. Com efeito, se o sonho é crescer, e se para crescer é preciso sair, a solução não é ficar (parado ou igual), mas manter, levar e criar.

Notas

¹ É importante ressaltar que, normalmente, a ideia de reunificação familiar está associada à saída dos homens, que facilitam a ida da companheira, dos filhos e dos irmãos depois. Nesse caso de fluxo cabo-verdiano para a Itália, o movimento que se verificou foi exatamente o contrário: as mulheres foram as primeiras a migrar e, posteriormente, por meio da rede de contato, indicação e apoio, levaram outros parentes e amigos (de ambos os sexos) para a Itália. Tal fato torna-se particularmente evidente ao voltar o olhar para Cabo Verde, onde a migração masculina era importante para o arquipélago desde meados do século XIX, mas só se verificou um aumento da migração feminina a partir de 1960; tal aumento não foi consequência de reunificação familiar, mas do desenvolvimento de um tipo de saída de mulheres, independentemente da relação com um homem já emigrado. (AKESSON, 2004, p. 38; LOBO, 2007, p. 49). Assim, homens e mulheres cabo-verdianos não necessariamente compartilham o mesmo projeto ao migrar. Diversas vezes eles saem rumo a países diferentes, para exercer profissões diferentes, levados por redes diferentes; mesmo quando ambos vão para a Itália, não necessariamente desempenham o mesmo trabalho e, em inúmeros casos não são levados um pelo outro, mas por seus irmãos (ou ainda por primos, amigos, etc.).

² Desde 1975, a reunificação familiar era um direito garantido por convenções europeias, sendo teoricamente permitido que os estrangeiros levassem seus familiares para residir consigo na Europa, independentemente do mecanismo

denominado *chamada* (i.e., independentemente de eles disporem de um contrato de trabalho). Na prática, porém, a principal forma de reunificação familiar presente na Itália até os anos 90 era a *chamada*.

³ *Mandados* é o termo comumente utilizado em diferentes ilhas de Cabo Verde para se referir às tarefas realizadas por pessoas de todas as idades (por exemplo, trabalhos temporários, venda de produtos confeccionados em casa ou responsabilidade pelos afazeres domésticos); no caso das crianças, porém, os *mandados* englobam todas as suas atividades cotidianas que implicam movimento, em se manter ocupados. (VASCONCELOS, 2012; LOBO, 2007, 2010b, 2012).

⁴ *Aguentar uma criança* é uma expressão utilizada em Cabo Verde que pode apresentar dois significados, a saber: cuidar ocasionalmente de uma criança ou tomar para si a responsabilidade de criá-la, assumindo o lugar da mãe dela e a tratando como se fosse o próprio filho. (LOBO, 2007).

⁵ De Genova (2005) baseia sua análise sobre a pesquisa etnográfica que realizou entre 1993 e 1996 com migrantes mexicanos em Chicago, quando era professor de inglês para estrangeiros na fábrica onde eles trabalhavam. Na citada obra, o autor problematiza os Estados Unidos e o nacionalismo desse Estado-nação a partir do ponto de vista crítico dos migrantes mexicanos.

⁶ Há uma longa tradição de estudos sobre comunidades de imigrantes e também especificamente sobre comunidades de cabo-verdianos espalhadas pelos quatro cantos do globo. (CARLING;

BATALHA, 2008; FIKES, 2009; LOPES, 2009; FILHO, 2007; CARTER; AULETTE, 2009; GRASSI, 2006). De modo geral, esses trabalhos focam as fronteiras simbólicas produzidas entre estabelecidos e recém-chegados. Com efeito, as comunidades de imigrantes são geralmente equiparadas a coletividades dotadas de diferenças culturais, sendo estas últimas afirmadas em uma identidade étnica vinculada a uma origem comum. Argumenta-se, assim, que a experiência do deslocamento provoca trajetórias de reconstrução identitária em função da tensão (e da potencial incompatibilidade) entre a incorporação e a manutenção da própria identidade cultural. No meu contexto de análise, porém, aquela que é localmente denominada comunidade cabo-verdiana, não parece corresponder a uma coletividade dotada de diferenças culturais que são afirmadas em uma identidade cabo-verdiana; efetivamente, meus interlocutores de pesquisa não concentram sua atenção nas fronteiras simbólicas produzidas entre eles e nas pessoas com quem se relacionam na Itália. Para uma bibliografia mais geral sobre comunidades de imigrantes, ver, por

exemplo, o trabalhos de Appadurai et al. (2009).

⁷ Essa discriminação aparece sob o nome de racismo e apresenta características que poderiam ser descritas como xenofobia. No entanto, nenhum dos termos me parece dar conta do meu contexto de análise, pois a discriminação que os cabo-verdianos sofrem na Itália está relacionada a aspectos raciais, nacionais e socioeconômicos. Cabe ressaltar que essa discriminação se expressa na legislação e no regime de trabalho italianos, colocando em risco a *liberdade* dos meus interlocutores de pesquisa em dois sentidos: como mobilidade espacial (ou seja, a possibilidade de movimentar-se fisicamente) e como mobilidade temporal (isto é, a possibilidade de *crescer* e de construir uma *vida boa familiar*). No entanto, essas dificuldades são enfrentadas, manejadas e, em larga medida, contornadas por meio do estabelecimento de vínculos e da criação de relações laborais de amizade, que frequentemente utilizam o idioma do parentesco. Para uma discussão detalhada sobre essas tensões e dificuldades, ver Bongianino (2012).

Agradeço imensamente aos cabo-verdianos que conheci durante meu trabalho de campo, muitos dos quais tenho o orgulho de chamar de amigos. Sou grata pela atenção que os pareceristas anônimos e também Marta Jardim e Fernando Rabossi dedicaram a este trabalho. Por fim, reitero meus agradecimentos sinceros à Andréia de Souza Lobo (minha orientadora de Mestrado) e aos colegas e professores da UFMG, da UnB e do Museu Nacional.

Referências

- AKESSON, Lisa. *Making a life: meanings of migration in Cape Verde*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Gotemburgo, Suécia, 2004.
- ANDALL, Jacqueline. Catholic and state constructions of domestic workers: the case of Cape Verdean women in Rome in the 1970s. In: KOSER, Khalid; LUTZ, Helma (Org.). *The new migration in Europe*. Basing-Stoke: MacMillan, 1998.
- APPADURAI, Arjun et al. *Podemos viver sem o outro?: as possibilidades e os limites da interculturalidade*. Lisboa: Tinta da China; Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- BONGIANINO, Claudia. *Malas de sonhos e saudades: família e mobilidade entre cabo-verdianos na Itália*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UnB, Brasília, 2012.
- CARLING, Jorgen; BATALHA, Luís (Org.). *Transnational archipelago: perspectives on Cape Verdean migration and diaspora*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008.
- CARSTEN, Janet. Introduction. In: CARSTEN, Janet (Ed.). *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Edinburgh: Cambridge University Press, 2000. p. 1-36.
- CARTER, Katherine; AULETTE, Judy. *Cape Verdean women and globalization: the politics of gender, culture and resistance*. New York: Palgrave MacMillan, 2009.
- CHAMBERLAIN, Mary. *Family love in the diaspora: migration and the Anglo-Caribbean experience: memory and narrative series*. Jamaica: Ian Randle Publishers Kingston; New Brunswick; Londres: Transaction Publishers, 2006.
- CREIG-JAMES, Susan. Interwinning roots. *Journal of Caribbean History*, v. 25, n. 2, p. 216-228, 1992.
- DE GENOVA, Nicholas. *Working the boundaries: race, space, and “illegality” in Mexican Chicago*. Durham: Duke University Press, 2005.
- DIAS, Juliana Braz. *Entre partidas e regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UnB, Brasília, 2000.
- DROTBOHM, Heike. Horizons of long-distance intimacies: reciprocity, contribution and disjuncture in Cape Verde, *History of the Family*, n. 14, p. 132-149, 2009.
- ÉVORA, Iolanda Maria Alves (*Des*)*atando nós e (re)fazendo laços: aspectos psicossociais da imigração feminina cabo-verdiana em Itália*. 2003. 298 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia/USP, São Paulo, 2003.
- FIKES, Keshia. *Managing African Portugal: the citizen-migrant distinction*. Durham: Duke University Press, 2009.
- LOPES FILHO, João. *Imigrantes em terra de emigrantes*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2007.
- GRASSI, Marzia. *Cabo Verde pelo mundo: o gênero e a diáspora cabo-verdiana*. Lisboa: Working Papers; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006.
- HENARE, Amiria; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari. Introduction. In: ----- . *Thinking through things:*

theorising artefacts ethnographically. New York: Routledge, 2007.

LOBO, Andréa de Souza. *Tão longe, tão perto: organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista – Cabo Verde*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – UnB, Brasília, 2007.

_____. Making families: child mobility and familiar organization in Cape Verde. *Vibrant*, Virtual Brazilian Anthropology, v. 8, n. 2, 2011.

MONTEIRO, César Augusto. *Comunidade imigrada: visão sociológica: o caso da Itália*. São Vicente: Gráfica do Mindelo, 1997.

KRAUSS, Dionisia Russo; SCHMOLL, Camille. Spazi insediativi e pratiche socio-spaziali dei migrant in città: il caso di Napoli. *Studi Emigrazione I*, n. 163, p. 699-719, 2006.

RAMOS, Maria Silva. *La comunità capoverdiana in Italia*. 2009. Disponível

em: <http://www.diasdecaboverde.org/admin/Documents/Comunit%C3%A0%20Capoverdiana%20in%20Italia_IT_20090217174530.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2011.

TRAJANO FILHO, Wilson. The conservative aspects of a centripetal diaspora: the case of the Cape Verdean Tabancas. *Africa*, v. 79, n. 4, p. 520-542, 2009.

_____. Introdução. In: _____. (Org.). *Lugares, pessoas e grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional*. Brasília: Athalaia, 2010.

VASCONCELOS, João. Espíritos lusófonos numa ilha crioula: língua, poder e identidade em São Vicente de Cabo Verde. In: CARVALHO, Clara; PINA CABRAL, João de (Org.). *A persistência da história: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004. p. 149-190.